

PFL admite negociar para que haja avanços



Lourenço teme o impasse

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), afirmou ontem que seu partido está disposto a negociar para que haja um avanço em torno de questões como a reforma agrária e ordem econômica, desde que as esquerdas se disponham a ceder, pois do contrário "haverá o impasse". Referindo-se especificamente à reforma agrária, Lourenço diz que fez várias tentativas para que o relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) retirasse do seu projeto as propriedades produtivas, mas não obteve sucesso.

Lourenço acha inaceitável que a reforma agrária atinja essas propriedades — mesmo os grandes latifúndios —, pois isso não acrescentará nada, a seu ver, à área produtiva no país. Em relação à proposta que colocaria em risco o monopólio

da Petrobrás, disse que ela pode ser revista, para ficar "mais claro" que a atividade do Estado deve ser preservada na prospecção, exploração e refino do petróleo, mantendo-se liberada para a iniciativa privada apenas a comercialização do produto.

O líder do PFL combateu com ênfase a proposta de estabilidade dos trabalhadores, argumentando que ela é "limitante da condição humana", na medida em que, segundo seu julgamento, desestimula a atividade do empregado que já atingiu essa estabilidade. O que o PFL vai defender, segundo ele, é o seguro-desemprego, através de um projeto mais avançado e não nos moldes do atual seguro. Lourenço se mostrou insatisfeito ainda com o retrocesso na lei do aborto.

Britto prega maior pressão de prefeitos

Porto Alegre — O vice-líder do PMDB na Constituinte, Antônio Britto, conclamou ontem os prefeitos municipais a exercerem "muita pressão" nos próximos meses sobre a Assembleia sob pena de que seus trabalhos sejam concluídos sem nenhum benefício aos municípios. Britto, que classificou a Constituinte como "conservadora, tímida e muito pouco criativa", falou durante o VII Congresso Estadual de Municípios, realizado no balneário de Capão da Canoa.

— O sonho que todos temos de uma rigorosa descentralização acompanhada de uma distribuição de recursos justa para estados e municípios, até agora não passa mesmo de um sonho — acusou.

Segundo Britto, os relatórios das subcomissões da Constituinte, se aprovados agora, ficariam muito aquém das expectativas gerais da sociedade. No que se refere aos municípios, disse que a Nova Carta não consagraria a transferência de recursos tributários. Ele encerrou sua palestra com um conselho aos prefeitos: "Se não existir essa mobilização, não aconselho ninguém a ser candidato nas próximas eleições municipais".

Deputado quer garantir 13% para a saúde

Campo Grande — O deputado André Puccinelli (PMDB), revelado no último pleito eleitoral como o candidato mais votado, lançou uma campanha denominada "Saúde Brasil", em todo o Mato Grosso do Sul, com o propósito de conseguir 30 mil assinaturas para sua sugestão à futura Constituição Brasileira que assegure a aplicação, obrigatória, de 13 por cento dos recursos da União no setor de Saúde Pública, que hoje não chega a dois por cento. Com o apoio de outros parlamentares e cerca de 200 voluntários, por todo o estado, Puccinelli já conseguiu 25 mil 500 adesões, pretendendo concluir a campanha na próxima segunda-feira.

"A saúde no Brasil está regredindo, haja vista que hoje temos dengue e casos de febre amarela, erradicada em 1907 por Osvaldo Cruz.

Pela sua proposta, deveria ficar explícito na nova Constituição que "é dever dos poderes públicos da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a organização e a promoção da defesa da saúde pública". A participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios seria a destinação de "nunca menos" de 25 por cento de suas receitas. Puccinelli observa que em outros países, como Suécia, Alemanha, França, Estados Unidos e Japão, a saúde absorve 16 por cento dos orçamentos. Sua sugestão já chegou às mãos do senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização.

Edme descarta aprovação de lei de greve

"A estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho e o direito de greve não passarão com tanta facilidade pela Comissão da Ordem Social, como pensa a maioria dos parlamentares da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores". Essa é a opinião do presidente da Comissão da Ordem Social, deputado Edme Tavares (PFL-PB).

Até segunda-feira, os parlamentares poderão apresentar emendas aos relatórios das subcomissões dos Direitos dos Trabalhadores; da Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias.

Líder quer trocar relatores

Porto Alegre — O líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli (RS), defendeu, ontem, em Porto Alegre, a substituição dos relatores das subcomissões da Constituinte que tiveram seus pareceres rejeitados, frisando ser praxe não apenas no Brasil, mas em qualquer Parlamento do mundo, que nesses casos seja designado um novo relator, oriundo do grupo majoritário que rejeitou o parecer original. "Queremos manter o mesmo relator é defender a criação da figura do 'relator biônico'", afirmou Chiarelli. Observou que o PMDB tem maioria em todas as subcomissões e, "por não conseguir uma posição unitária, acabou ajudando a derrubar os pareceres dos seus próprios relatores". De todo o modo, o líder pefelista destacou que os novos relatores serão oriundos do próprio

PMDB, seguindo o acordo feito quando das eleições dos membros das subcomissões.

Por outro lado, o parlamentar gaúcho previu que a partir de agora, com o fim da primeira etapa dos trabalhos da Constituinte, nas subcomissões, e início das atividades das Comissões Temáticas, passarão a predominar posições "centristas e moderadas". Chiarelli sustentou que os pareceres originais dos relatores das subcomissões estavam "excessivamente esquizofrênicos", o que gerou "um confronto mais radical, uma freada brusca" por parte de grupos mais conservadores. Agora, no entanto, ele considerou ter ficado claro que "com radicalismos não iremos a lugar nenhum", acrescentando: "passado esse período, a rapaziada volta ao leito normal".

Sandra não obtém consenso

Embora não tenha merecido até agora crítica contundente de nenhuma liderança, a proposta da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) para que a Constituinte passe a funcionar à noite e o Congresso à tarde não resultou ainda em consenso entre os principais partidos.

De um modo geral, essas lidranças encontram pontos positivos na proposta, mas há quem acredite que ela não surtirá efeito, pois a prioridade continua sendo a Constituinte e não há como desviar a atenção dos parlamentares para temas conjunturais, por mais grave que esteja a situação econômica.

É a opinião, por exemplo, do deputado José Bonifácio de Andrade (PDS-MG), 1º vice-líder, que assinou a proposta mas considera impossível dar ênfase a qualquer trabalho de plenário — seja Câmara, Senado ou mesmo Constituinte — quando todos os interesses estarão voltados para os trabalhos nas comissões.

O líder em exercício do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), informa que seu partido ainda não examinou a proposta, mas ele, pessoalmente, vê uma "preocupação positiva" que

seria a de aproveitar melhor o período do que vai até a apresentação do projeto da Comissão de Sistematização para preencher o turno da tarde. Ibsen acredita que haverá uma espécie de "recesso de plenário" até que o projeto seja apresentado, mas de qualquer modo coloca em dúvida se a idéia de Sandra "seria a solução".

O deputado José Genoíno (SP), do PT, revela a mesma preocupação, observando que, se o problema é dar mais espaço para discutir temas da atualidade, de natureza conjuntural, uma solução seria ampliar para mais um dia o funcionamento do plenário da Câmara, atualmente em atividade apenas às segundas-feiras. Ele acha que a proposta de Sandra Cavalcanti pode resultar no esvaziamento da Comissão de Sistematização, com prejuízo para o Constituinte.

Já o líder José Lourenço (BA), do PFL, aprova amplamente a proposta de sua liderada, enfatizando que é necessário analisar "com mais profundidade" determinados temas que muitas vezes não dizem respeito à Constituinte.

Para Richa, Carta não cria estados

O relator da Comissão de Organização do Estado, José Richa, não deverá acatar as emendas que propõem a criação de novos estados, por entender que o assunto não é matéria constitucional. De acordo com o relator, existe dificuldade em justificar a criação de estados via Constituinte, quando o problema pode ser resolvido por lei orgânica e complementar.

Para José Richa, a criação dos novos estados deve partir da iniciativa dos estados e das comunidades diretamente en-

volvidos no processo, mediante a realização de plebiscitos. Ao Congresso Nacional caberá somente homologar a decisão. Até ontem o relator disse que ainda não tinha uma justificativa para propor a criação de novos estados no seu anteprojeto, mesmo porque não encontrou decisão semelhante em nenhuma constituição do mundo. Sobre a autonomia do Distrito Federal, Richa diz que em princípio é a favor, mas ainda não tem opinião formada. Até a próxima quarta-feira, entretanto, já terá sua decisão sobre os dois temas.

Partidos brigam por Tapajós

A criação do Estado de Tapajós, desmembrado do Pará, conta com o apoio do deputado Gerson Peres (PDS-PA) que assinou o projeto de autoria do deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), mas conta, também, com uma discordância. O autor do projeto e o deputado do PDS não conseguiram chegar a um acordo quanto às dimensões do futuro estado. Paulo Roberto advoga um estado maior, com mais de 700 mil quilômetros quadrados de área, enquanto que Gerson Peres acha que os limites naturais dos rios Tapajós e Amazonas devem ser respeitados. A proposta original coloca no Tapajós parte da região Sul do Pará, enquanto Peres defende que somente a parte Norte, delimitada pelos rios, seja desmembrada.

Defendendo a criação do estado de Tapajós, Gerson Peres disse que o mesmo terá condições de estabilizar-se, principalmente por conta das suas riquezas minerais e a agricultura, baseada na

produção de castanha-do-pará, malva, juta e cacau. Também a pesca pode ser uma fonte de renda do novo estado, que se não conta com infra-estrutura empresarial e industrial, conta com grandes reservas minerais.

Aspiração

A proposta de criação de mais três estados, além dos seis aprovados na subcomissão dos estados e municípios, não vai prejudicar a votação e a aprovação pelos constituintes, na Comissão Temática, nem na Sistematização. A opinião é do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), ele mesmo proponente da criação do estado de Tocantins e que funcionou como relator da subcomissão.

Siqueira acha legítima a aspiração dos proponentes dos estados de São Francisco, Cariri e Iguacu (este último ainda por dar entrada na comissão), recordando que são lutas antigas e que estão baseadas em estudos da realidade.



Revogação do SNI volta a ser discutida

As emendas rejeitadas nos trabalhos da subcomissão, como a revogação do Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações (SNI), Estado de Defesa, voto de liderança, além da instituição do voto e serviço militar facultativo, foram reapresentadas, ontem, entre as 58 emendas enviadas à Comissão da Organização Eleitoral Partidária e Garantias das Instituições.

O alistamento obrigatório aos 16 anos, a redução do mandato dos senadores, de oito para quatro anos, e a realização de eleições diretas para presidente, vice, senador e deputado federal, seis meses após a promulgação da nova Constituição, voltam novamente à pauta através de emenda do deputado petista, Paulo Delgado. Já o deputado peemedebista, Daso Coimbra, revertendo o seu voto na subcomissão, apresentou emenda revogando todo o capítulo que trata sobre o Tribunal Constitucional.

O desligamento da censura da alçada da Polícia Federal foi sugerida pelos deputados Osmir Lima (PMDB-AC) e José Genoíno (PT-SP) justificada como medida em favor da liberdade de expressão e de opção individual, sendo matéria a ser tratada em amplos debates e a ser regida por lei ordinária. O deputado petista novamente enviou emenda solicitando a extinção das divisões de segurança e informações nos ministérios civis, e as assessorias de segurança e informação nas autarquias e empresas estatais.

Outra sugestão encaminhada à Comissão, tanto pelo senador Alfredo Campos (PMDB-MG), como pelo presidente do Senado Federal, Humberto Lucena (PMDB-PB), proíbe aos titulares de mandato eletivo no poder executivo a nomeação para cargos demissíveis ad nutum. Caso na atual Constituição constasse este artigo, por exemplo, o demissionário ministro Dante de Oliveira não poderia reassumir suas funções junto à prefeitura de Cuiabá (MT), pois ao assumir o cargo de confiança, seria obrigado a renunciar a seu mandato.

O senador mineiro encaminhou nova emenda, propondo que, na hipótese de vacância do cargo de presidente e vice-presidente da República, o sucessor constitucional poderá concorrer à eleição convocada para preenchimento do cargo.

Emenda pode nacionalizar investimentos

São Paulo — Os bancos de investimento, que são autorizados pela legislação em vigor a se associar em até 33 por cento do capital votante com instituição financeira internacional, terão de ser integralmente nacionalizados para poder continuar operando e captando recursos no mercado nacional, caso seja aprovada, em instância final, o relatório do sistema financeiro da Assembleia Nacional Constituinte afirmou ontem o relator da Subcomissão de Finanças, Fernando Gasparim (PMDB-SP).

Essa medida, explicou Gasparim, é decorrente da inclusão no relatório da Subcomissão de Finanças da Proibição dos bancos estrangeiros de captar depósitos à vista e a prazo no mercado brasileiro. Essa situação necessariamente terá de ser estendida para os bancos de investimento que mantêm associação com capital estrangeiro. Os bancos terão de se desfazer de seus sócios estrangeiros, disse.

Constituinte lança jornal segunda-feira

O Jornal da Constituinte, editado sob a responsabilidade da Mesa da Constituinte, será lançado segunda-feira, em solenidade no Salão Negro do Congresso. O primeiro número faz um resumo dos trabalhos constituintes, desde a instalação da Assembleia, e traz, ainda, o texto dos anteprojeto aprovados nas subcomissões, além de informações sobre a forma de participação popular na elaboração da futura Constituição.

O jornal circulará semanalmente com 16 páginas e será distribuído, gratuitamente, para prefeituras, câmaras municipais, associações de bairro e entidades sindicais de todo o país, com informações sobre o andamento dos trabalhos constituintes e discussões dos temas mais polêmicos da nova Carta.